

c) Sistema nacional de I&D

Quadro normativo das instituições de I&D

d) Código do Procedimento Administrativo

e) Vínculos na Administração Pública

f) Regime de carreiras e remunerações na Administração Pública

g) Avaliação de desempenho na Administração Pública

h) Contrato de Trabalho em Funções Públicas

Tipos de contrato: caracterização, vigência, cessação, vicissitudes contratuais

Férias, faltas e licenças

Duração e organização do tempo de trabalho

Trabalho suplementar

i) Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores em Funções Públicas

j) Mecanismos de colaboração entre Universidades e Empresas

k) Áreas de investigação no IST

l) Desenvolvimento de carreiras

m) Estágios curriculares, extracurriculares e profissionais

n) Prémios de mérito a alunos

o) Inovação e empreendedorismo

p) Financiamento de iniciativas empresariais

q) Núcleos de estudantes

r) Empreendedorismo de base tecnológica

s) Portais de emprego

t) Empregabilidade de diplomados

u) Associativismo jovem

v) Propriedade intelectual

ANEXO 2

Legislação e bibliografia para a prova de conhecimentos

Constituição da República Portuguesa (Republicada pela Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de agosto, Parte III).

Lei orgânica do XXI Governo Constitucional (Decreto-Lei n.º 251-A/2015, de 17 de dezembro).

Lei de bases do sistema educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, alterada pelas Leis n.º 115/97, de 19 de setembro, 49/2005 de 30 de agosto, que a republicou, e pela Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto).

Regime jurídico das instituições de ensino superior (Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro).

Graus e diplomas do ensino superior (Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 107/2008, de 25 de junho, e 230/2009, de 14 de setembro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 81/2009, de 27 de outubro, pelo Decreto-Lei n.º 115/2013, de 7 de agosto, que o republicou, e pelo Decreto-Lei n.º 63/2016, de 13 de setembro).

Avaliação do ensino superior (Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto).

Estatutos da Universidade de Lisboa (Despacho Normativo n.º 5-A/2013, de 18 de abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 19 de abril, com as alterações introduzidas pelo Despacho Normativo n.º 1-A/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 42, de 01 de março).Estatutos do Instituto Superior Técnico (Despacho n.º 12255/2013, de 09 de setembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 185, de 25 de setembro).Regulamento de Organização e de Funcionamento dos Serviços de Natureza Administrativa e de Apoio Técnico do Instituto Superior Técnico (Despacho n.º 1503/2017, de 1 de fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 32, de 14 de fevereiro).Regimento do Conselho de Gestão do Instituto Superior Técnico (Despacho (extrato) n.º 3279/2014, de 20 de fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 41, de 27 de fevereiro).

Quadro normativo das instituições de investigação e desenvolvimento (Decreto-Lei n.º 125/99, de 20 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 91/2005, de 3 de junho).

Estatuto do bolsheiro de investigação (Lei n.º 40/2004, de 18 de agosto, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 202/2012, de 27 de agosto, e alterada pela Lei n.º 12/2013, de 29 de janeiro, e pelo Decreto-Lei n.º 89/2013, de 9 de julho; Decreto-Lei n.º 233/2012, de 29 de outubro).

Código do Procedimento Administrativo (Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro).

Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com a Retificação n.º 37-A/2014, de 19 de agosto, e as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 82-B/2014, de 31 de dezembro, 84/2015, de 7 de agosto, 18/2016, de 20 de junho, 42/2016, de 28 de dezembro, 25/2017, de 30 de maio, 70/2017, de 14 de agosto, e 73/2017, de 16 de agosto).

Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública — SIADAP (Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro,

alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, 55-A/2010 e 66-B/2012, de 31 de dezembro dos respetivos anos).

Fichas de avaliação e listas de competências (Portaria n.º 359/2013, de 13 de dezembro).

Apoio à Contratação de Trabalhadores por Empresas Startups (Portaria n.º 432/2012, de 31 de dezembro).

Medida Incentivo à Aceitação de Ofertas de Emprego (Portaria n.º 26/2015, de 10 de fevereiro).

Programa de Estágios Profissionais e seus Regulamentos (Portaria n.º 92/2011, de 28 de fevereiro, alterada pelas Portarias n.ºs 309/2012, de 9 de outubro, e 3-B/2013, de 4 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 120/2013, de 26 de março, alterada e republicada).

Garantia Jovem em Portugal (Resolução de Conselho de Ministros n.º 104/2013, de 31 de dezembro).

Contrato Emprego-Inserção + e Regulamentos (Portaria n.º 128/2009, de 30 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 294/2010, de 31 de maio, alterada e republicada pela Portaria n.º 164/2011, de 18 de abril, alterada pela Portaria n.º 378-H/2013, de 31 de dezembro).

Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego (Portaria n.º 985/2009, de 4 de setembro, alterada pelas Portarias n.ºs 58/2011, de 28 de janeiro, e 95/2012, de 4 de abril).

Apoio Técnico à Criação e Consolidação de Projetos (ATCP) (Portaria n.º 157/2015, de 28 de maio)

Regulamento dos GIP — Gabinetes de Inserção Profissional (Portaria n.º 127/2009, de 30 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 298/2010, de 1 de junho).

Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública Central (PEPAC) (Decreto-Lei n.º 18/2010, de 19 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 214/2012, de 28 de setembro).

Regulamento do PEJENE da Fundação da Juventude — Programa de Estágios de Jovens Estudantes do Ensino Superior nas Empresas (PEJENE).

Regulamento de Bolsas de Investigação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P. — 2015.

Lei da Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 67/98, de 26 de outubro; Diretiva n.º 95/46/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de outubro de 1995).

Regime jurídico do associativismo jovem (Lei n.º 23/2006, de 23 de junho).

Regulamento da Propriedade Intelectual do Instituto Superior Técnico (Despacho n.º 12823/2010, de 15 de julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 153, de 9 de agosto de 2010, alterado pelo Despacho n.º 9109/2015, de 3 de agosto, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 157, de 13 de agosto de 2015).Osterwalder, A., Pigneur, Y. (2011). *Criar Modelos de Negócio*. Dom Quixote (ISBN: 9789722044974).Clarke, T., Osterwalder, A. (2013). *Modelo de Negócio EU — Um Método Simples Para Reinventar a Sua Carreira*. Dom Quixote (ISBN: 9789722051606).Byers, T., Dorf, R., Nels, A. (2013). *Technology Ventures: From Idea to Enterprise*. Science Engineering & Math (ISBN-13: 978-0073380186).Pagina Eletrónica da Universidade de Lisboa — www.ulisboa.ptPagina Eletrónica do Instituto Superior Técnico — www.tecnico.ulisboa.ptPagina Eletrónica da Área de Transferência de Tecnologia do IST — <http://tt.tecnico.ulisboa.pt>Pagina Eletrónica do Observatório de Empregabilidade do Técnico — <http://oe.tecnico.ulisboa.pt>Portal do Governo de Portugal — www.portugal.gov.ptPortal do Instituto Nacional de Estatística — www.ine.pt/Portal do Eurostat — <http://ec.europa.eu/eurostat>Portal da OCDE — www.oecd.org

310850106

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA**Reitoria****Declaração de Retificação n.º 724/2017**Por ter sido publicado repetido, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 188, de 28 de setembro, o Edital n.º 740/2017, sendo repetição do anteriormente publicado Edital n.º 727/2017, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 185, de 25 de setembro procede-se à seguinte retificação:

Considere-se sem efeito o Edital n.º 740/2017, publicado em 28 de setembro.

29 de setembro de 2017. — O Reitor, *Prof. Doutor João Sáa-gua*.

310823466